



Poder Judiciário do Estado da Paraíba  
Tribunal de Justiça  
Gabinete da Desembargadora Maria das Neves do Egito de A. D. Ferreira

## **DECISÃO MONOCRÁTICA**

**REMESSA OFICIAL N. 0004837-79.2013.815.0251**

**RELATORA: Des<sup>a</sup> Maria das Neves do Egito de A. D. Ferreira**

**AUTORA: Severina Antônia de Souza**

**ADVOGADO: José Mattheson Nóbrega de Sousa**

**RÉU: Município de Passagem**

**PROCURADOR: Delmiro Gomes da Silva**

**REMETENTE: Juízo da 4<sup>a</sup> Vara Mista da Comarca de Patos**

**PRELIMINAR.** CHAMAMENTO AO PROCESSO DO EX-PREFEITO. DESCABIMENTO. MUDANÇA DE GESTÃO QUE NÃO AFASTA A RESPONSABILIDADE DO ENTE PÚBLICO PELO PAGAMENTO DOS SEUS SERVIDORES. **REJEIÇÃO.**

- Descabe o chamamento ao processo do ex-prefeito municipal em ação de cobrança de salário proposta por servidora pública, notadamente porque a mudança de gestão não afasta a responsabilidade do ente público pelo pagamento dos vencimentos dos seus servidores.

**REMESSA OFICIAL.** AÇÃO DE COBRANÇA. SERVIDORA PÚBLICA EFETIVA. SALÁRIO DE DEZEMBRO DE 2012. PAGAMENTO DEVIDO. DIREITO ASSEGURADO NA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. RECURSO SUJEITO AO ART. 557 DO CPC E SÚMULA 253/STJ. **SEGUIMENTO NEGADO.**

- É obrigação constitucional do Poder Público remunerar os seus servidores pelos serviços prestados, sendo enriquecimento ilícito a sua retenção.

- A edilidade é a detentora do controle dos documentos públicos, sendo seu dever comprovar o efetivo pagamento das verbas salariais

reclamadas, considerando que ao servidor é impossível fazer a prova negativa de tal fato.

- Sendo manifestamente improcedente o recurso, há a atração do art. 557 do CPC e Súmula 253 do STJ.

### **Vistos, etc.**

Trata-se de sentença submetida à reexame necessário, proferida pelo Juízo da 4ª Vara Mista da Comarca de Patos (f. 16/18), que julgou procedente a exordial, condenando o MUNICÍPIO DE PASSAGEM ao pagamento do vencimento do mês de dezembro de 2012 à SEVERINA ANTONIA DE SOUZA, de acordo com o vencimento regularmente percebido, com correção monetária pelo INPC desde do ajuizamento a ação e juros de mora de 0,5% ao mês a partir da citação.

O Município de Passagem requer, em preliminar, o chamamento ao processo do Sr. Agamenon Balduino da Nóbrega, antigo prefeito, para informar sobre o adimplemento ou não da verba requerida. No mérito, afirma, que só teve conhecimento dos débitos do ex-gestor, referente ao mês de dezembro de 2012, ao ver a prestação de contas junto ao TCE/PB. Por fim, pugna pela improcedência do pedido.

Houve recurso apelatório, que não foi recebido pelo Juiz *a quo* face à sua intempestividade (f. 28).

A Procuradoria de Justiça não opinou sobre o mérito (f. 37).

É o relatório.

### **DECIDO.**

#### PRELIMINAR

O apelante, em preliminar, sustenta que o vencimento da recorrida fora devidamente pago pelo gestor anterior, conforme consta na prestação de contas do Município junto ao Tribunal de Contas do Estado, motivo pelo qual deve ser chamado ao processo o ex-prefeito municipal, o Sr. Agamenon Balduino da Nóbrega.

Entendo que **não assiste razão** ao apelante.

Isso porque a Administração Pública rege-se pelos princípios da impessoalidade e da moralidade, o que implica dizer que sendo impessoal o vínculo do ente federado com seus servidores não há que falar em transferência

de responsabilidade de um gestor para outro, de modo que o liame é atinente ao município, e é deste, e não do seu administrador, o encargo sobre seus créditos e débitos.

O Município constitui pessoa de direito público e como tal dispõe de personalidade distinta de seu representante legal, não se confundindo o ente administrativo com o então ocupante do cargo de chefe do executivo.

Portanto, a obrigação em pagar os vencimentos dos seus servidores pertence ao Município demandado, e não ao seu prefeito, de modo que quaisquer valores que não tenham sido pagos durante a gestão anterior permanecem sendo devidos pelo ente público municipal, considerando que a sua responsabilidade não pode ser afastada pela simples mudança de gestão.

### **Rejeito a preliminar.**

#### MÉRITO

Na espécie, o recorrente foi condenado ao pagamento do salário do mês de dezembro de 2012.

Assiste razão ao juízo *a quo* ao condenar o Município a pagar o salário não adimplido.

Há que se destacar que a remuneração constitui-se verba de natureza alimentar, com fins de promover a satisfação das necessidades vitais básicas do servidor, de modo que não se deve cogitar atraso ou retenção injustificada.

Ademais, a jurisprudência **desta Corte** está consolidada no sentido de que a comprovação do pagamento das verbas salariais pleiteadas em ação de cobrança compete à Fazenda Pública. Nesse sentido, destaco inúmeros precedentes:

APELAÇÃO CÍVEL. Reclamação trabalhista convertida em ação de cobrança. Preliminar. Prescrição quinquenal. Súmula 85, STJ. Rejeição. Mérito. Adicional de insalubridade. Necessidade de previsão legal. Deferimento a partir da vigência da Lei Municipal nº 946/2007. Obediência ao princípio da legalidade. Férias, terço constitucional e 13º salário. Ausência de comprovação do pagamento das verbas. Ônus do Município. Condenação que se impõe. Reforma parcial da sentença. Procedência parcial do recurso. [...] **Em ação de cobrança, é ônus do Município comprovar o pagamento das verbas salariais. Não havendo essa comprovação, impõe-se a condenação do ente público, como na espécie.** ACORDA o Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, por sua 1ª Câmara Cível, em sessão ordinária, à unanimidade, rejeitar a preliminar e, no mérito, dar provimento ao apelo, nos termos do voto do Relator.<sup>1</sup>

---

1TJPB, Apelação Cível nº 035.2011.000.337-9/001, de minha relatoria, 1ª Câmara Cível, DJPB 18/12/12.

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA. TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. DESNECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DE EFETIVO GOZO. ANUÊNIO. VERBAS DEVIDAS. ÔNUS DA PROVA. INCUMBÊNCIA DO MUNICÍPIO. ARTIGO 333, II, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. ENTENDIMENTO PACIFICADO NESTA CORTE DE JUSTIÇA. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL INCIDENTE SOBRE ALGUMAS PARCELAS REQUERIDAS. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. NEGATIVA DE SEGUIMENTO AO RECURSO. AUTORIZAÇÃO EMANADA DO ARTIGO 557, DO CPC. - [...] **A comprovação da condição de funcionário é suficiente para a cobrança de verbas salariais retidas e não pagas, cabendo ao empregador o ônus de provar a ocorrência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo, que afaste o direito do empregado ao recebimento das parcelas pleiteadas.**- Não demonstrado pela edilidade que a funcionária percebeu o terço de férias, bem como os anuênios que antecedem a junho de 2008, impõe-se o pagamento de tais numerários. (...) Vistos, etc. Diante das razões aqui expostas, NEGO SEGUIMENTO AO RECURSO, mantendo-se a decisão de 1º grau em todos os seus termos.<sup>2</sup>

REMESSA OFICIAL E APELAÇÃO CÍVEL AÇÃO DE COBRANÇA CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DE VERBAS SALARIAIS PROCEDÊNCIA PARCIAL IRRESIGNAÇÃO DO MUNICÍPIO SALÁRIOS RETIDOS E NÃO PAGOS ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE PROVAS ÔNUS QUE CABE AO RÉU ART. 333, II, DO CPC TERÇO DE FÉRIAS NÃO COMPROVAÇÃO DO GOZO DESNECESSIDADE PAGAMENTO DE ANUÊNIOS NÃO COMPROVADO HONORARIOS ADVOCATÍCIOS FIXAÇÃO ADEQUADA DESPROVIMENTO DO APELO E DA REMESSA. **A comprovação da condição de funcionário é suficiente para a cobrança de verbas salariais devidas. No entanto, cabe ao empregador o ônus de provar a ocorrência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo que afaste o direito do empregado ao recebimento das verbas salariais pleiteadas.** [...] <sup>3</sup>

APELAÇÃO. AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA. PROCEDÊNCIA PARCIAL. VERBAS TRABALHISTAS. COMPROVAÇÃO DE PAGAMENTO. ÔNUS PROBATÓRIO CABÍVEL À EDILIDADE. ART. 333, II, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. PAGAMENTO PARCIAL. DEMONSTRAÇÃO COM A APRESENTAÇÃO DAS FICHAS FINANCEIRAS DO MUNICÍPIO. POSSIBILIDADE. FATO IMPEDITIVO, MODIFICATIVO OU EXTINTIVO DO DIREITO DA PARTE AUTORA. PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO. - **É obrigação do Município comprovar que todas as remunerações foram pagas aos seus servidores, na forma consagrada pela lei, ou**

2 TJPB, Decisão Monocrática na Apelação Cível nº. 021.2010.000.053-4/001, Relator Des. José Ricardo Porto, DJPB 05/10/2012.

3 TJPB, Remessa Oficial e Apelação Cível nº 02120090015500001, Relator Desembargador Márcio Murilo da Cunha Ramos, 3ª Câmara Cível, j. em 12/07/2012.

**que não houve a prestação do serviço, por dispor a Administração de plenas condições para tal fim, sendo natural a inversão do ônus probatório.** - A demonstração de adimplemento por parte da Edilidade pode ser realizada a partir das fichas financeiras, as quais detém presunção relativa de veracidade e legalidade.<sup>4</sup>

Assim, nos termos do art. 333, inciso II, do Código de Processo Civil, alegado o não pagamento das verbas pleiteadas, caberia ao Município afastar o direito da autora através da apresentação de documentos e recibos referentes à efetiva contraprestação pecuniária, o que não se vislumbra nos autos, ou até mesmo demonstrar a veracidade de suas alegações.

Nesse contexto, diante da efetiva comprovação de que a autora laborou para o Município indubitavelmente a remuneração lhe é devida. Ademais, ressalte-se que os vencimentos de funcionários públicos constituem-se verba de natureza alimentar, de forma que não se deve cogitar atraso em seu pagamento.

Assim, não há como não atrair ao caso o art. 557 do CPC, que autoriza o relator a negar "seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior", permissão essa que se estende ao reexame necessário.<sup>5</sup>

Diante do exposto, **rejeito a preliminar e, no mérito, nego seguimento à remessa oficial**, de forma monocrática, à luz do art. 557 do CPC e Súmula 253 do STJ, mantendo a sentença hostilizada por seus próprios fundamentos.

Intimações necessárias.

Cumpra-se.

João Pessoa/PB, 29 de agosto de 2014.

**Des<sup>a</sup> MARIA DAS NEVES DO EGITO DE A. D. FERREIRA**  
**Relatora**

---

4 TJPB, Apelação Cível nº 00620090001667001, Relator DES. FREDERICO MARTINHO DA NOBREGA COUTINHO, 4ª Câmara Cível, j. em 03/07/2012.

5 Súmula 253 do STJ: "O art. 557 do CPC, que autoriza o relator a decidir o recurso, alcança o reexame necessário."